

Hoje foram entregues seis caminhões blindados, guardiões, com especificação técnica feita pela policial militar. Parabênico o governador Geraldo Alckmin e o coronel Ricardo Gambaroni, comandante geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Também quero saudar e homenagear os 303 deputados federais que ontem disseram “sim” à diminuição da maioridade penal. Porém, infelizmente, hoje é um dia triste e vergonhoso para o Brasil. Quando eu via a luz no fim do túnel, quando eu achava que finalmente teríamos uma mudança na legislação brasileira, o início de uma mudança, de acordo com a qual os criminosos, monstros miriãs, iriam para a cadeia, fui surpreendido pelo número insuficiente de votos.

Infelizmente, faltaram cinco votos para que a PEC fosse aprovada. Fico muito envergonhado de saber que 184 deputados, inclusive cinco do meu partido, votaram “não” a essa proposta.

Eu pergunto a quem servem esses deputados. Causa-me estranheza, porque 90% da população era favorável à diminuição da maioridade penal. Eu não consigo entender algumas pessoas - especialmente pessoas públicas - que defendem criminosos como se fossem vítimas da sociedade, e não se preocuparem com as verdadeiras vítimas da violência praticada por esses criminosos.

Sabem o que é mais fácil? Acusar a polícia. Por quê? As pessoas que deveriam tomar atitude e mudar a nossa legislação não o fazem, mas depois é mais fácil dizer que a polícia não faz nada. Essa é a grande escapada desse pessoal que não quer levantar o traseiro da cadeira e tomar atitudes, criticar a polícia, porque ninguém muda a legislação, ninguém dá educação adequada, ninguém valoriza as forças de segurança e quando o crime faz o que faz é mais fácil dizer que a Polícia é a culpada.

Sr. Presidente, eu me preocupo muito quando ouço falar do primeiro comando do PCC. Inclusive, acho que esse grupo de criminosos, no futuro, pode vir a ser um partido político. Digo isso porque já tem um monte de gente que poderia ingressar nesse partido, porque apoia bandido, apoia criminoso e valoriza o crime. E depois vem fazer discurso hipócrita, dizendo que se preocupa com o cidadão, que está do lado do trabalhador. São todos uns hipócritas, todos uns mentirosos, porque na hora de tomar atitude eles ficam do lado do bandido, do lado do criminoso, contra o trabalhador e contra a Polícia.

Foram 184 deputados que disseram “não”, três que nem votaram - se abstiveram de votar. Esses nomes devem ficar guardados para quando houver a próxima vítima de um menor, quando houver o próximo crime hediondo praticado por um menor, nós sabermos quem são os responsáveis por não colocarmos esses criminosos na cadeia, por não colocarmos esses criminosos no seu devido lugar que é a cadeia.

E quando eles vierem cobrar atitude da Polícia, eu vou falar o seguinte: “vá cobrar atitude de quem deveria ter mudado a legislação”. Se a Polícia está hoje de mãos amarradas, é por culpa de pessoas que não querem mudar a legislação. E por quê? Porque a legislação favorece o crime, e o crime gera dinheiro, e muitas pessoas devem estar se locupletando com isso.

Sr. Presidente, alguma coisa não cheira bem no nosso País. Alguma coisa fede no nosso País. E nós precisamos extirpar esse mal, colocando os verdadeiros representantes da sociedade brasileira para representar seus cidadãos. Representantes que defendam o trabalhador, o cidadão de bem e defendam as forças de segurança. Caso contrário, nós nunca iremos melhorar as condições de segurança pública no nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Neves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Fernando Cury. (Pausa.) Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins, pelo tempo regimental.

Antes, porém, quero anunciar a presença nesta Casa, do prefeito de Ubarana, o João da Farmácia, o vice-prefeito Gómi-de, acompanhado do José Carlos, nossos companheiros lá do norte e noroeste de São Paulo. Sejam bem-vindos.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Carlão Pignatari, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, quero falar um pouco de São Paulo porque os deputados que me antecederam parecem até que são deputados federais de Brasília. Vou falar um pouco do nosso Estado, porque parece que em São Paulo não tem problema algum.

A Frente Nacional de Defesa do lamspe foi aprovada no “Diário Oficial” de ontem. Os problemas continuam. O governo estadual não cumpre com sua obrigação com o lamspe. Há falta de professor do Hospital Servidor, e consequentemente há dificuldade de funcionamento, dificuldade de consulta. O interior do estado de São Paulo tem várias cidades que não têm convênios com os servidores do estado de São Paulo. Então, há um monte de problemas aqui nas nossas barbas acontecendo no estado de São Paulo. Aliás, tem hora que parece que não tem problemas; mas tem.

Você que está entrando de férias: vou falar de alguns prêmios das férias, que dizem respeito ao aumento dos pedágios em 8,47 por cento. Deputados que viajam também conhecem essa situação. No pedágio da Rodovia Raposo Tavares SP-270, em Alambari, o valor vai de R\$6,70 para R\$7,00. Na Rodovia João Melo, SP-255, em Avaré, São Paulo, passará de R\$5,40 para R\$5,70. Na Rodovia Castelo Branco, SP-280, na praça da região de Iaras, São Paulo, o valor passará de R\$7,30 para R\$7,60. Na Castelo Branco, região de Quadra, passará de R\$10,80 para R\$11,30. Na Rodovia Francisco Alves Negrão, SP-255, o pedágio em Itararé passará para R\$5,50. Na Rodovia Antônio Romano, Schincariol o valor cobrado na praça entre Tatui e Itapetininga sobe para R\$ 9,20. São presentes aos que vão viajar nas férias, os preços dos pedágios aumentados.

Outro assunto que é bom sempre lembrar é que continuamos com problemas de falta d'água. Quando a pressão é reduzida, falta água; quando é aumentada, a rede não suporta - temos um vazamento atrás do outro. Há desperdícios de água, que está faltando à população. Aumentou a pressão, as redes são ultrapassadas e sucateadas, e a população continua sofrendo em toda a região metropolitana de São Paulo. Obras da Sabesp foram suspensas pelo Governo do Estado. Isso significa que a situação tende a piorar cada vez mais.

Outro problema meio abandonado pela Sabesp diz respeito às redes de esgoto, à despoluição dos rios Tietê e Pinheiros, que se arrasta há anos. Já ouvi deputado falar que o PT está no governo federal há mais de 10 anos; mas, aqui em São Paulo, os governadores do PSDB estão há 20 anos no poder. E continuamos com problema de água e esgoto. Pirapora do Bom Jesus recebe espuma do Rio Tietê, ultrapassando a ponte que faz a ligação da cidade. Alguns imaginam que São Paulo não tem problema, mas tem, inclusive nos trens e metrô.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência cancela a sessão solene convocada para o dia 28 de agosto de 2015, às 20 horas, com finalidade de comemorar o “Dia da Ordem da Estrela do Oriente”.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

\*\*\*

- NR - a Ordem do Dia para a 35ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. no dia 02/07/15.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência convoca uma 2ª sessão extraordinária, nos termos do Art. 100 Inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, a ser realizada hoje, dez minutos após o término da 1ª sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- PL 587/2015, de autoria do Sr. Governador, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016 - Redação final.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, salvo novas decisões da sessão extraordinária a realizar-se hoje às 19 horas.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 27 minutos.

\*\*\*

## 1º DE JULHO DE 2015 35ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CARLÃO PIGNATARI

### RESUMO

#### ORDEM DO DIA

##### 1 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara rejeitados os PLS 212/97; 816/99; 291/01; 710/03; 122/05; 39 e 687/06; 569/07; 193, 334 e 715/08; 1249/09; 540, 577, 644, 660, 885, 989 e 1060/11; 328 e 514/12; 30, 232, 304, 822 e 874/13; e 246/14, sendo mantidos os respectivos votos totais ou parciais. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os PDLs 8/15 e 9/15. Lembra a realização de sessão extraordinária, hoje, com início às 19 horas e 15 minutos. Encerra a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

\*\*\*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 212, de 1997, (Autógrafo nº 26702), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre a isenção de incidência de ICMS, na aquisição de ambulâncias, pelas Prefeituras Municipais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0816, de 1999, (Autógrafo nº 25452), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Obriga as agroindústrias citricultoras a comprar dos citricultores, no mínimo, 80% da matéria-prima principal utilizada na fabricação de suco de laranja. Parecer nº 1408, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 291, de 2001, (Autógrafo nº 26413), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Torna obrigatória a afixação de aviso ao público em locais que mantenham instaladas câmeras de filmagem para o monitoramento da circulação de pessoas. Parecer nº 2812, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0710, de 2003, (Autógrafo nº 26312), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de “Ailton José de Almeida” ao Fórum da Comarca de Jaguariúna, naquele Município. Parecer nº 1050 de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 122, de 2005, (Autógrafo nº 29867), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Obriga as lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, a seguirem padrões técnicos de qualidade nutricional que assegurem a saúde dos consumidores. Parecer nº 1243, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 39, de 2006, (Autógrafo nº 30407), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sáhão. Institui o parcelamento do pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor - IPVA. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 687, de 2006, (Autógrafo nº 29174), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Introduz o quesito cor no sistema estadual de informações em saúde. Parecer nº 1885, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 569, de 2007, (Autógrafo nº 27755), vetado totalmente, de autoria do deputado Simão Pedro. Cria o Certificado de Responsabilidade Sócio-Ambiental às empresas do setor de produção de energia a partir de biomassa. Pareceres nºs 3142 e 3143, de 2008, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Meio Ambiente, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 193, de 2008, (Autógrafo nº 30006), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Regulamenta a publicidade de alimentos dirigida ao público infantil. Parecer nº 183, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 334, de 2008, (Autógrafo nº 30353), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Cria o Programa de Qualidade de Vida da Mulher durante o climatério. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 715, de 2008, (Autógrafo nº 29390), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Impede a inscrição do nome de consumidores nos serviços de proteção ao crédito, por dívidas oriundas da prestação de serviços essenciais. (Artigo 28, § 6º, da Constituição).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1249, de 2009, (Autógrafo nº 30007), vetado parcialmente, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a instituir em caráter permanente, no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, o Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença. Pareceres nºs 188 e 189, de 2013, respectivamente de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 540, de 2011, (Autógrafo nº 30846), vetado parcialmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Inclui no Calendário Oficial do Estado o “Campeonato de Skimboard”, em Ubatuba. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 577, de 2011, (Autógrafo nº 30502), vetado parcialmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Dispõe sobre a regionalização e a humanização das Perícias Médicas aos Servidores Públicos Estaduais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 644, de 2011, (Autógrafo nº 30042), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dispõe sobre a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - pelos órgãos ambientais do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA - e pelas unidades de policiamento ambiental, da Polícia Militar do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 660, de 2011, (Autógrafo nº 30748), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana do Carmo. Fixa critérios para projetos voltados à capacitação profissional e social no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 885, de 2011, (Autógrafo nº 30230), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Estabelece que o repasse de verba para entidades beneficentes e de assistência social, ainda que se destine a obra ou serviço de engenharia, não dependerá de apresentação de título de propriedade do imóvel em que mantêm sua sede ou para o qual se destinam os recursos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 989, de 2011, (Autógrafo nº 30037), vetado totalmente, de autoria do deputado Simão Pedro. Institui política de disponibilização de Recursos Educacionais comprados ou desenvolvidos por subvenção da administração direta e indireta estadual. Pareceres nºs 324 e 325, de 2013, respectivamente de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Educação, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1060, de 2011, (Autógrafo nº 30747), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Massafera. Proibe a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 328, de 2012, (Autógrafo nº 30009), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana Perugini. Dispõe sobre a segurança dos equipamentos de diversão instalados em parques de diversões, parques aquáticos e bufês. Parecer nº 193, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 514, de 2012, (Autógrafo nº 30217), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dispõe sobre a exigência de vistória anual com laudo técnico acompanhado da respectiva via da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - para utilização de brinquedos em parques infantis de educação infantil, ensino fundamental público ou privado, bufês, parques públicos, de diversão, condomínios, hotéis, clubes e similares. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 30, de 2013, (Autógrafo nº 30362), vetado totalmente, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão dos dados cadastrais nas faturas enviadas ao consumidor pelas empresas prestadoras de serviços públicos do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 232, de 2013, (Autógrafo nº 30253), vetado totalmente, de autoria do deputado Adriano Diogo. Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU a tomar providências necessárias à proteção de mutuários em situação de vulnerabilidade social. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 304, de 2013, (Autógrafo nº 30248), vetado parcialmente, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Torna obrigatória a implementação, no Estado, de políticas públicas destinadas à juventude. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Item 25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 822, de 2013, (Autógrafo nº 30970), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Dispõe sobre a reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de empregos públicos, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.